

# O dever do Congresso

**N**ão é razoável a reação adotada por vários parlamentares, alguns bastante expressivos, contra as medidas que o Presidente da República vem submetendo ao Congresso no contexto do plano de emergência. De fato, a análise do seu conteúdo formal aponta em direção às conclusões dos parlamentares: elas são de pouca eficácia no combate à crise. A privatização de empresas e propriedades imobiliárias, analisada na sua repercussão financeira, tem pouca valia no combate ao déficit público, e, praticamente, nenhuma no plano da erradicação do processo inflacionário.

A questão, todavia, não é esta. As medidas começam um processo de desmonte do estado-empresário, essa figura esdrúxula que deformou o regime de livre iniciativa no País na medida em que tornou a iniciativa, praticamente, uma concessão do Estado. O desmonte começa no primeiro tijolo, sendo impróprio conjecturar acerca da eficácia desse primeiro tijolo para a produção dos fins a que o desmonte se destina. É preciso começar. Relativamente à venda dos imóveis funcionais, também financeiramente irrelevante, aplaude-se o esforço para pôr fim a uma prática corporativista que não tem sentido. Por que funcionários e ministros devem morar de graça num País onde o problema habitacional é a crise mais grave de milhões de outros cidadãos? O efeito prático dessa medida é o restabelecimento da confiança da sociedade na capacidade do Estado de gastar corretamente os recursos postos à sua disposição.

Entendemos que o Congresso não deve assumir a responsabilidade de ser apontado como estatizante, clientelista, assistencialista e defensor de privilégios. Se o Congresso permitir que essa imagem se consolide o País perderá algo muito mais sério, a fé no regime que tem no parlamento um dos seus sustentáculos.

O Congresso deve dar o exemplo, aprovando tudo o que estiver direcionado para a moralidade e para o enxugamento da máquina estatal, resguardando, naturalmente, as áreas onde, com toda evidência, a presença do Estado for indispensável ao interesse econômico e à segurança do País. Essa postura o redimirá das críticas que sofre em decorrência da insensibilidade política com que demonstrou por ocasião do Plano Verão.

A questão, neste momento, é essencialmente política. O Congresso deve retirar as razões da crítica que sofre em defesa da integridade da instituição, mas em defesa também do objetivo de tornar o processo agora iniciado irreversível. Se o atual Governo der os primeiros passos a sociedade não permitirá que o próximo se abstenha de dar os passos seguintes. Se a desestatização tivesse começado antes, provavelmente, seus efeitos econômicos e financeiros seriam hoje perceptíveis. Se não começar agora, mais ainda esses efeitos serão retardados.

Esperamos que o clima eleitoral que tende a permear, nesta fase, as atitudes dos políticos, não influencie o Congresso negativamente, mas o faça positivamente, indicando à Nação que, de fato, é possível sairmos da crise.